

A Contabilidade Segundo o Padrão IFRS

❖ **AGENDA:**

- Introdução ao IFRS.
- Ajuste a Valor Presente – AVP
- Ajuste a Valor Justo – AVJ
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*
- Arrendamento Mercantil – *Leasing*
- Combinação de Negócios

Introdução ao IFRS

- ◎ IFRS no Mundo
- ◎ CPC no Brasil
- ◎ O que muda com o IFRS no Brasil?



IFRS no Mundo

- Principais Motivações:
 - ✓ A contabilidade é a linguagem dos negócios. Muitos "idiomas contábeis" dificulta o processo de comunicação entre empresas e investidores de diferentes países.
 - ✓ Logo, o IFRS no mundo busca facilitar e estimular o fluxo de capital entre países, pois reduz assimetria informacional entre empresas, investidores e instituições financeiras.
 - ✓ O IFRS também foi motivado pelo desejo de criar um padrão contábil internacional alternativo ao USGAAP (Padrão Contábil Norte-americano).



IFRS no Mundo

O QUE É IFRS?

- IFRS: *International Financial Reporting Standards*
 - ✓ As normas IFRS são publicadas/revisadas pelo IASB.
 - ✓ Em 2005 as normas IFRS tornaram-se obrigatórias nos países da União Européia.
 - ✓ No mundo, já são mais de 100 países em convergência com o IFRS.
 - ✓ No Brasil, o BACEN e a CVM foram os primeiros órgãos que sinalizaram a adoção do IFRS a partir de 2010 (antes mesmo da aprovação da Lei 11.638/07).



CPC no Brasil

O QUE É CPC?

- CPC = Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- Diretriz:
 - ✓ Inserir o Brasil na convergência internacional das normas contábeis
 - ✓ Centralizar o processo de emissão das normas contábeis
 - ✓ Representar de modo democrático a elaboração dessas normas contábeis



CPC no Brasil

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas

Art. 5º da Lei nº 11.638/07



O que muda com o IFRS no Brasil?

Contabilidade baseada em princípios e não em regras. **O que isso significa?**

- Sair de uma contabilidade baseada em “**regras**” para uma contabilidade baseada em “**princípios**” é uma das principais mudanças trazidas pelo IFRS nas demonstrações publicadas.
- Aumentou o grau de juízo dos responsáveis pela elaboração e pela auditoria das demonstrações contábeis.
- Os profissionais possuem maior responsabilidade na seleção e na aplicação das premissas e estimativas contábeis.

***Por exemplo:** definir taxas de depreciação, valor justo e provisões.*



O que muda com o IFRS no Brasil?

Contabilidade baseada em princípios e não em regras. **O que isso significa?**

- Aplicar os princípios do IFRS requer esforços de diferentes áreas, pois demanda a participação de administradores, economistas, engenheiros e advogados da empresa.
- Divulgar informações em Notas Explicativas com maior qualidade e relevância para os usuários das demonstrações torna-se primordial na lógica do Padrão IFRS baseado em princípios.
- A ideia central é que maiores e melhores informações divulgadas pelas empresas diminuem as incertezas dos usuários, que conseguem tomar melhores decisões econômicas.



O que muda com o IFRS no Brasil?

Foco na essência econômica das transações ao invés da forma jurídica

- ❖ Os critérios de reconhecimento e mensuração do IFRS tem como foco o resultado econômico
 - ❖ Deve-se alcançar uma visão verdadeira e justa (*True and Fair View*) a partir das demonstrações financeiras das empresas



Ajuste a Valor Presente - AVP

◎ Fundamentação

◎ O CPC 12

◎ Exemplo



- A **Lei 11.638/07** passou a exigir o ajuste a valor presente nos realizáveis e exigíveis a longo prazo e, no caso de efeito relevante, também nos de curto prazo.
- As **Normas Internacionais** (IFRS) tratam desse assunto em inúmeros documentos. Não existe norma específica.
- No Brasil, existe uma norma específica, o **CPC 12**, que tem como base uma pesquisa feita junto a todas as normas internacionais.



➤ **Objetivo do CPC 12:**

- ✓ **Estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo, especificando procedimentos para cálculo desses ajustes a valor presente no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.**

➤ **Valor do dinheiro no tempo:**

- ✓ Ao se aplicar o conceito de valor presente, deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados.
- ✓ Deve-se aplicar a **lógica da matemática financeira**.

➤ **Taxas de desconto:**

- ✓ Deve-se empregar taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao **valor do dinheiro no tempo** e os **riscos específicos** do ativo e do passivo em suas datas originais.

➤ 1º Exemplo AVP

Uma empresa efetua uma venda a prazo no valor de **R\$ 26.620,00** para receber o valor em parcela única, com vencimento em **3 anos**.

Caso a venda fosse efetuada à vista, de acordo com opção disponível, o valor da venda teria sido de **R\$ 20.000,00**, o que equivale a um custo financeiro anual de **10%**. Verifica-se que essa taxa é igual à taxa de mercado, na data da transação.



15

➤ 1º Exemplo AVP

Assim, ao fim de cada um dos três exercícios, a contabilidade deverá refletir os seguintes efeitos:

Ano	Valor	Juros (taxa efetiva)	Saldo atualizado
1	20.000,00	2.000,00	22.000,00
2	22.000,00	2.200,00	24.200,00
3	24.200,00	2.420,00	26.620,00



16

➤ Contabilização no momento da venda:

Pela transação de venda:

D – Contas a receber	26.620
C – Receita bruta de vendas	26.620

Pelo registro do ajuste a valor presente no momento em que é realizada a venda:

D – Receita bruta de vendas - AVP	6.620
C – Receita financeira a apropriar*	6.620

***Conta redutora das contas a receber. Pode ser chamada de: Juros a apropriar, Encargos financeiros a transcorrer etc.**



➤ Contabilização nos anos 1 e 2:

Reconhecimento da receita financeira no ano 1:

D – Receita financeira a apropriar	2.000
C – Receita financeira (DRE)	2.000

Reconhecimento da receita financeira no ano 2:

D – Receita financeira a apropriar	2.200
C – Receita financeira (DRE)	2.200



➤ Contabilização no ano 3:

Reconhecimento da receita financeira no ano 3:

D – Receita financeira a apropriar	2.420
C – Receita financeira (DRE)	2.420

Recebimento da venda no ano 3:

D – Disponível	26.620
C – Contas a receber	26.620

➤ 2º Exemplo AVP (Parte I):

Suponha-se uma venda de imóvel por \$ 10.000 mil, pago com entrada de \$ 4.000 mil em dinheiro e 3 (três) notas promissórias anuais de \$ 2.000 mil cada uma, sem juros, efetuada num momento em que a taxa de juros, para o tipo de vendedor e comprador, seja, para ambos, de 18% ao ano:

➤ 2º Exemplo AVP (Parte II):

O **VENDEDOR**, na transação, registra:

D – Caixa	\$ 4.000.000
D – Notas Promissórias a Receber	\$ 6.000.000
C – Juros a Apropriar*	\$ 1.651.454
C – Receita de Venda de Imóveis	\$ 8.348.546

*Conta redutora das Notas Promissórias a Receber

O **COMPRADOR**, na transação, registra:

D – Imóveis	\$ 8.348.546
D – Juros a Apropriar*	\$ 1.651.454
C – Caixa	\$ 4.000.000
C – Notas Promissórias a Pagar	\$ 6.000.000

*Conta redutora das Notas Promissórias a Pagar

➤ 2º Exemplo (Parte III):

Em ambas as Notas Promissórias aparecerão (no ativo de uma e no passivo da outra) pelo seu saldo líquido constituído do valor nominal diminuído dos Juros a Apropriar. Esse saldo irá crescendo pela apropriação dos juros ao resultado (como receita ou despesa financeira), até que no vencimento essas contas retificadoras zerem.

1º Sugestão: Faça os lançamentos **deste exemplo** nos anos 1, 2 e 3.

2º Sugestão: Veja os **Exemplos 2, 3 e 4** apresentados no **ANEXO I** da Instrução Normativa nº 1515/14.

Ajuste a Valor Justo - AVJ

◎ Valor Justo x Valor Presente

◎ CPC 46 e IFRS 13

◎ Exemplo



23

- **Valor Justo (*Fair Value*)** - é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
- **Valor Presente (*Present Value*)** - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.



24

CPC 46 e IFRS 13

No final de 2012 o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico – **CPC 46**, para tratar especificamente das questões relativas a Mensuração do Valor Justo, em consonância com o **IFRS 13** do IASB, também de 2012.

Apesar da questão do Valor Justo já estar presente nas Normas Brasileiras desde 2008, somente em 2012 foi emitido um Pronunciamento para direcionar os procedimentos para sua mensuração e divulgação.

Objetivo da nova norma: Definir Valor Justo e estabelecer uma estrutura para sua Mensuração e Divulgação.



25

CPC 46 e IFRS 13

A mensuração do valor justo requer que a empresa determine os itens a seguir:

- O ativo ou passivo específico objeto da mensuração
- A premissa de avaliação apropriada para a mensuração
- O mercado principal para o ativo/passivo ou o mais vantajoso (na ausência de um mercado principal)
- As técnicas de avaliação apropriadas para a mensuração (**Considerando-se a disponibilidade de dados com os quais se possam desenvolver informações que representem as premissas que seriam utilizadas por participantes do mercado ao precificar o ativo ou o passivo e o nível da hierarquia de valor justo no qual se classificam os dados**)



26

➤ Exemplo AVJ

- Aquisição de terreno em 27/01/2015 por **R\$ 200.000**, classificado como *propriedade para investimento*.
 - O terreno é mensurado, neste caso, por seu *valor justo*.
 - Valor justo em 31/12/2015 = **R\$ 230.000**
 - Venda do terreno em 30/06/2016 por **R\$ 250.000**
- ❖ **Pede-se:** faça os lançamentos contábeis de 2015 e 2016.



27

➤ Exemplo AVJ – Contabilização:

Aquisição do terreno em 27/01/2015:

D – Terrenos	200.000
C – Disponível	200.000

Sugestão:

Veja Exemplos 1, 5 e 6 do ANEXO I da IN 1515/14.

Avaliação a valor justo em 31/12/2015:

D – Terrenos	30.000
C – Ganho AVJ (DRE)	30.000

Venda do terreno em 30/06/2016:

D – Disponível	250.000
C – Receita Venda Terreno	250.000
D – Custo Terreno Vendido	230.000*
C – Terrenos	230.000*

* **Segregar:**

Terrenos (Custo) = 200.000
Terrenos (AVJ) = 30.000



28

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

- ⊙ Pontos relevantes
- ⊙ Ativos sujeitos ao *impairment*
- ⊙ Exemplo

Pontos Relevantes	Comentários
• Identificação de ativos desvalorizados	<ul style="list-style-type: none">✓ Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.✓ A entidade deve fazer essa avaliação, no mínimo, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais.
• Determinação do valor recuperável	<ul style="list-style-type: none">✓ Valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. <p>Observação: Caso um desses valores exceda o valor contábil do ativo, não haverá desvalorização nem necessidade de calcular o outro valor.</p>

Pontos Relevantes	Comentários
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento das perdas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Se o valor recuperável do ativo for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores deve ser ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período.
<ul style="list-style-type: none"> • Reversão de provisão para perdas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve-se avaliar periodicamente se há indicação de que uma perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo não possa mais existir ou ter diminuído. ✓ Em caso positivo, a provisão constituída deve ser revertida total ou parcialmente.

Ativos sujeitos ao *impairment*

Aplica-se o teste de *impairment* **a todos os ativos** ou conjunto de ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. No caso de CPC específico que trate da matéria para alguma classe de ativos em particular, prevalecerá o CPC específico.

Exemplo: Cia. Moderna

- ❑ A **Cia. Moderna** adquiriu uma máquina para digitalização de documentos com pagamento a vista de **R\$ 6.000,00** no dia **01/07/2009**. A vida útil da máquina é de **5 anos**. O valor residual desta máquina foi estimado em **R\$ 1.000,00**. O valor recuperável da máquina em **31/12/2009** é de **R\$ 5.550,00** e em **31/12/2010** é de **R\$ 4.250,00**.
- ❑ Efetue os **Registros Contábeis** desta máquina para digitalização de documentos nas seguintes datas: **01/07/2009, 31/12/2009 e 31/12/2010**.



33

Detalhamento dos dados:

- Valor de aquisição = 6.000
- Valor residual = 1.000
- Base para depreciação = 5.000
(*valor de aquisição – valor residual*)
- Vida útil = 5 anos
- Depreciação anual = 1.000
- Depreciação semestral = 500



34

➤ 01/07/2009

- Registro contábil da aquisição:

D- Equipamentos (Ativo Imobilizado)	6.000
C- Disponível	6.000

➤ 31/12/2009

- Registro contábil da depreciação (após 6 meses):

D- Despesa com depreciação (DRE)	500
C- Depreciação acumulada (reduzora de ativo)	500

Valor contábil líquido = 5.500

Valor recuperável da máquina = 5.550

Logo: Não existe perda por redução ao valor recuperável.



35

➤ 31/12/2010

- Registro contábil da depreciação (após 1 ano):

D- Despesa com depreciação (DRE)	1.000
C- Depreciação acumulada (reduzora de ativo)	1.000

Valor contábil líquido = 4.500

Valor recuperável da máquina = 4.250

Logo: Existe perda por redução ao valor recuperável = 250

D- Despesa com provisão de perda por desvalorização (DRE)	250
C- Provisão de perda por desvalorização (conta redutora do ativo)	250



36

Contas Patrimoniais

Disponível			Depreciação Acumulada		
D	C		D	C	
	6.000	1		500	2
	6000			1.000	3
				1500	

Equipamentos			Provisão de perda por desvalorização		
D	C		D	C	
1	6.000			250	4
	6.000			250	



37

Contas de Resultado

<u>2009</u>	Despesa com depreciação	
	D	C
2	500	
	500	

<u>2010</u>	Despesa com depreciação	
	D	C
3	1.000	
	1.000	

	Despesa Provisão de perda por desvalorização	
	D	C
4	250	
	250	



38

Arrendamento Mercantil: Leasing

- ◎ **O que é um Arrendamento Mercantil?**
- ◎ **FINANCEIRO X OPERACIONAL**
- ◎ **Tratamento Contábil**
- ◎ **Exemplos**

O que é um Arrendamento Mercantil?

“É um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado”

FINANCEIRO X OPERACIONAL

Um arrendamento mercantil é classificado como **financeiro** se ele transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Um arrendamento mercantil é classificado como **operacional** se ele não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade.



Tratamento Contábil

Arrendamento mercantil <u>operacional</u> para o <u>arrendatário</u>	✓ Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidos como despesa durante o prazo do arrendamento mercantil.
Arrendamento mercantil <u>operacional</u> para o <u>arrendador</u>	✓ Os arrendadores devem apresentar os ativos sujeitos a arrendamentos mercantis operacionais nos seus balanços. Os recebimentos devem ser reconhecidos como receita durante o prazo do arrendamento mercantil.



Tratamento Contábil

Arrendamento mercantil financeiro para o arrendatário

- ✓ No início, devem reconhecer os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil.
- ✓ Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil devem ser divididos entre o encargo financeiro e a redução do passivo em aberto.
- ✓ A depreciação e a redução ao valor recuperável (quando necessário) deve ser de acordo com as regras aplicáveis aos Ativos Imobilizados.

Tratamento Contábil

Arrendamento mercantil financeiro para o arrendador

- ✓ Os arrendadores devem apresentar nos seus balanços os ativos mantidos por um arrendamento mercantil financeiro como uma conta a receber (ou carteira de crédito).
- ✓ O reconhecimento da receita financeira deve basear-se num modelo que reflita uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento.

➤ 1º Exemplo (Parte I):

A Cia. KCB assina um novo contrato de leasing com determinado arrendador para uso de um equipamento industrial durante 04 anos, pagando, pelo uso, o valor fixo de R\$100.000 por ano. O arrendador concorda em reembolsar o arrendatário pelos custos de instalação do equipamento como incentivo ao fechamento do contrato. Os custos de instalação totalizaram \$40.000. Os riscos e benefícios do ativo não são transferidos do arrendador para o arrendatário.

Qual tratamento contábil deverá ser dado ao leasing pelo arrendatário e pelo arrendador?



45

➤ 1º Exemplo (Parte II): RESPOSTA

- ✓ **Trata-se de um arrendamento mercantil operacional.**
- ✓ **Arrendatário: os pagamentos do arrendamento mercantil devem ser reconhecidos como despesa numa base de linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil.**
- ✓ **Arrendador: a receita deve ser reconhecida numa base de linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil.**
- ✓ **Valor = $400.000 - 40.000 = 360.000$ ao longo de 04 anos**



46

➤ 2º Exemplo (Parte I):

A CIA. Luz & Lua faz um leasing em 1º/7/2012 com duração de sete anos. A vida econômica do ativo objeto do leasing é de sete anos e meio. O valor justo do ativo é de \$ 5 milhões e as parcelas do leasing no valor de \$ 450.000 serão pagas a cada seis meses. O valor presente das parcelas do leasing é de \$ 4,6 milhões. O pagamento da primeira parcela do leasing estava previsto para acontecer no dia 1º/7/2012, mas a arrendadora concordou em prorrogar o primeiro pagamento para 1º/1/2013. O ativo foi recebido pela empresa na data do contrato (1º/7/2012).

Descreva como leasing será tratado para o ano finalizado em 31/12/2012.



➤ 2º Exemplo (Parte II): COMENTÁRIO

- ✓ É um leasing financeiro. Período de vida útil (sete anos e meio) muito próximo do período do contrato (sete anos).
- ✓ A dívida do leasing deverá ser reconhecida quando o ativo é recebido e o contrato se inicia (1º/7/2012). Nesse momento o ativo também é reconhecido pelo arrendatário.
- ✓ Durante os 6 primeiros meses antes dos pagamentos se iniciarem, os juros sobre a dívida são reconhecidos por competência.
- ✓ Os pagamentos serão apropriados como baixa do passivo e dos juros que já foram provisionados.
- ✓ O ativo é depreciado normalmente, além do teste de *Impairment*.



Combinação de Negócios

- ◎ Essência da Combinação de Negócios
- ◎ Formas de obtenção do controle
- ◎ Método de Aquisição (*Purchase*)
- ◎ Casos

Essência da Combinação de Negócios

“A combinação de negócios surge por meio da união de entidades ou negócios que estavam separados e passam a atuar em uma única entidade. O resultado esperado do processo de combinações de negócios é que uma entidade, denominada de **adquirente**, obtém o controle de uma ou mais entidades ou negócios, a(s) adquirida(s).”

Formas de obtenção do controle

- ✓ Pela transferência de dinheiro, equivalentes de caixa ou outros ativos;
- ✓ Pela assunção de passivos;
- ✓ Pela emissão de instrumentos de participação societária;
- ✓ Por mais de um dos tipos de contraprestação acima; ou
- ✓ Sem a transferência de nenhuma contraprestação, como por meio de contrato independente.

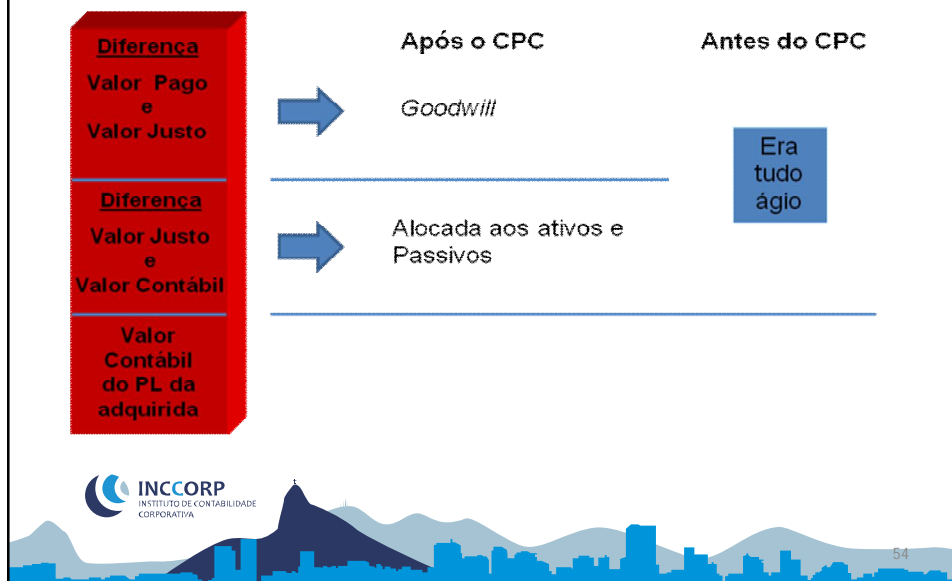
MÉTODO DE AQUISIÇÃO (*PURCHASE*)

- Em linhas gerais, pode-se dizer que no método de aquisição a entidade adquirida é tratada pela entidade adquirente como um investimento avaliado a valor justo, sendo que no caso de um valor pago na aquisição acima do valor justo irá resultar no **goodwill**, conforme ilustrado nas duas figuras a seguir...

Identificação dos valores envolvidos na combinação de negócios



Contabilização na entidade adquirente (método de aquisição)



O uso do método de aquisição na combinação de negócios envolve os seguintes passos:

1. Identificar o adquirente
2. Determinar a data de aquisição
3. Reconhecer e mensurar os ativos líquidos (valor justo)
4. Reconhecer e mensurar o *goodwill* ou o ganho por compra vantajosa (*antigo deságio*)

1. Identificar o adquirente:

- ✓ Quem comprou?
- ✓ Escolhe a maior parte do conselho de administração?
- ✓ Alta administração comanda a gestão da combinada?
- ✓ Retém ou recebe a maior parte dos direitos a voto?

2. Determinar a data de aquisição:

- ✓ É a data em que o adquirente obtém efetivamente o controle

3. Reconhecer e mensurar os ativos líquidos

- ✓ Ativos identificáveis e obrigações assumidas = Valor justo

4. Reconhecer/mensurar o *goodwill* ou o ganho por compra vantajosa

- ✓ Goodwill: Diferença entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos
- ✓ Compra vantajosa: A soma algébrica dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos supera o valor pago.

➤ 1º Caso: Cia. Blue West

A Cia. Blue West adquiriu 100% das quotas do capital da Big East Ltda., que pertenciam ao Sr. John Wilkinson. Nessa operação, a Blue West pagou \$150.000 em dinheiro e emitiu o valor equivalente a \$90.000 em ações de seu capital em favor do Sr. John Wilkinson. Durante o período de mensuração, a Blue West identificou ativos tangíveis da Big East no valor justo de \$210.000, passivos assumidos a valor justo que totalizavam \$60.000 e ativos intangíveis com valor justo no montante de \$40.000. Qual foi o custo da combinação? Avalie se a combinação gerou ágio ou deságio e apure o seu valor.



57

➤ 1º Caso: Cia. Blue West

Proposta de solução:

O custo da combinação corresponderá à soma do valor justo do ativo fornecido, no caso caixa por R\$150.000 mais os títulos patrimoniais emitidos pela Blue West em troca do controle da Big East, no valor de R\$90.000. Portanto, temos um **custo da combinação de R\$240.000**.

Sendo os ativos identificáveis a valor justo num total de R\$250.000 (R\$210.000 de tangíveis e R\$40.000 de intangíveis) e os passivos assumidos foram de R\$60.000, temos um acervo líquido adquirido a valor justo de R\$190.000 (R\$250.000 de ativos menos R\$60.000 de passivos). Sendo o custo da combinação de R\$240.000, houve um **ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$50.000**.



58

➤ 2º Caso: Cia. Zeta

A Cia. Zeta adquire 80% das ações com direito a voto da Cia. Petra pagando \$100.000 em dinheiro e emitindo \$100.000 em ações a favor dos acionistas da adquirida. A Cia Petra só emite ações ordinárias. Os ativos da Cia. Petra, a valor justo, totalizam \$200.000, os passivos assumidos, a valor justo, somam \$70.000 e os ativos intangíveis mensurados a valor justo são de \$ 30.000. A participação dos não controladores teve por base os ativos líquidos da adquirida. Com base nessas informações, calcule de modo detalhado o valor do *goodwill* reconhecido no Balanço Consolidado da Cia. Zeta em função desta combinação de negócios.



59

➤ 2º Caso: Cia. Zeta

Proposta de solução:

Valor da aquisição = \$200.000 (caixa + ações)

Ativos líquidos = \$160.000 (\$200.000 + \$30.000 – \$70.000)

Participação dos não controladores = \$32.000 (20% * \$160.000)

Goodwill = \$200.000 – \$128.000 (\$160.000 – \$32.000)

Goodwill = \$72.000



60

Considerações Finais

❖ *Como aprender essa nova contabilidade?*

- ✓ Discutir em grupos o padrão IFRS (CPC)
- ✓ Participar de Treinamentos
- ✓ Por em prática os novos conhecimentos abordados nessas normas contábeis...
- ✓ Isto é, aplicar o padrão IFRS (CPC) em casos reais de empresas e organizações...



61

OBRIGADO!!!

Prof. Dr. Adriano Rodrigues

diretor@inccorp.com.br

Av. Graça Aranha, 145, Sobrelojas 4 e 5, Centro, Rio de Janeiro / RJ. CEP: 20030-003
(21) 3179 0332 e 4126 8510 | atendimento@inccorp.com.br | www.inccorp.com.br

